

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

4-C-47

17

Curso C-PEM

Partido

Solução do P-III-4 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

ASCANIO JOSÉ LEÃO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

1988.....

- OS INTERESSES REGIONAIS E EXTRA-REGIONAIS NO ATLANTICO SUL -

ASCANIO JOSÉ LEÃO
Capitão-de-Mar-e-Guerra



MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1988

MM - EGN
BIBLIOTECA
15/02/1989
N: 1.654

GN-00003711-2

CAD. AC. 79576
EX: 100229

TEMA: OS INTERESSES REGIONAIS E EXTRA-REGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL

- Pontos a abordar:
- os interesses e a presença de Potências extra-regionais no Atlântico Sul;
 - os interesses das principais Nações regionais, dependentes do uso do Atlântico Sul;
 - possibilidades de confronto e de cooperação;
 - os interesses nacionais brasileiros dependentes do uso do mar e a Política Externa; e
 - a Estratégia Naval Brasileira. Sugestões para o preparo e aplicação do Poder Naval Brasileiro, expressão do Poder Nacional, face às suas responsabilidades na consecução dos objetivos nacionais.

PROPOSIÇÃO: Descrever os interesses e a presença de Potências extra-regionais no Atlântico Sul, bem como os interesses das principais Nações regionais, dependentes de seu uso.

Identificar os interesses nacionais brasileiros dependentes do uso do mar, abordando aspectos de nossa Política Externa.

Analisar a Estratégia Naval Brasileira, apresentando sugestões para o preparo e aplicação do Poder Naval Brasileiro, face às suas responsabilidades na consecução dos objetivos nacionais.

Í N D I C E

	FOLHA
PROPOSIÇÃO	II
INTRODUÇÃO	IV
CAPÍTULO 1 - O PANORAMA GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL	1
CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL ..	5
CAPÍTULO 3 - O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL	9
Rotas Marítimas de Interesse do Brasil	11
Demais Interesses Brasileiros	13
Aspectos da Política Externa Brasileira	18
CAPÍTULO 4 - ATLÂNTICO SUL - O INTERESSE DAS NAÇÕES REGIONAIS	22
CAPÍTULO 5 - OS INTERESSES E A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRA REGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL	25
URSS	26
EUA	29
Potências Ocidentais Intermediárias	32
CAPÍTULO 6 - A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA	35
BIBLIOGRAFIA	A-1

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito posicionar o Brasil no contexto do Atlântico Sul, identificando aspectos de sua maritimidade e de seus crescentes interesses dependentes do uso do mar, a fim de coletar argumentos que justifiquem um adequado dimensionamento do nosso Poder Naval, face às possibilidades de antagonismos e às suas responsabilidades na consecução daqueles interesses.

A meta a ser alcançada orientou a sequência dos tópicos abordados, uma vez que era desejado estabelecer um quadro, onde fosse mostrada a convergência de interesses na região sul-atlântica, tanto os dos países situados às suas margens, quanto os das potências extra-regionais.

Nossa Política Externa vem dando prioridade aos países da América do sul e à intensificação do relacionamento com a África, pregando a necessidade de manter o Atlântico Sul ao largo das tensões regionais ou internacionais, de modo que ele se constitua numa zona de paz e cooperação, condição indispensável para a prosperidade dos países da região.

O confronto Leste-Oeste somente se fez sentir na zona sul-atlântica, após a interrupção do tráfego marítimo pelo Canal de Suez, pois a reativação da rota do Cabo, por onde passou a circular ponderável parcela do petróleo importado pelo ocidente, coincidiu com a presença soviética em pontos estratégicos da África Ocidental, já descolonizada.

Constata-se, ainda, no Atlântico Sul, a existência de focos regionais de tensão que, aliados aos efeitos do confronto Leste-oeste, poderão desestabilizar a paz da região.

Embora não seja previsível a ocorrência de ações armadas, destinadas a se opor aos nossos interesses dependentes do uso do mar, partindo de países ribeirinhos do Atlântico Sul ou de

nações extra-regionais, a possibilidade de as tensões se agravarem, evoluindo para situações de crises, impõe-nos a necessidade de um Poder Naval com capacidade de fazer face às prováveis ameaças.

Abandonando as hipóteses de agressão por parte de uma grande potência ou de uma guerra generalizada no Atlântico Sul, na qual desempenharíamos papel secundário, a concepção estratégica da Marinha deverá respaldar o preparo e a aplicação de um Poder Naval, dotado de força dissuasória e com capacidade para repelir quaisquer ameaças aos nossos interesses, partindo de um país da América do Sul.

CAPÍTULO 1

O PANORAMA GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul, para efeito do presente estudo, compreende a região cujos contornos externos são: ao norte, o paralelo que liga o continente africano ao extremo norte do limite da Venezuela com o Suriname; o Mar Antártico, ao sul; a leste, a costa ocidental da África; e o litoral atlântico da América do Sul, a oeste.

Os países banhados pelo Atlântico Sul têm possibilidade de estabelecer suas linhas de comunicações marítimas com todos os oceanos, e o fazem através do Cabo da Boa Esperança, com o Índico; do Canal de Drake, com o Pacífico; e com o Atlântico Norte, por intermédio do estreitamento existente entre Freetown, em Serra Leoa e Natal, no Brasil.

Embora possuam algumas diferenças, principalmente em relação ao estágio de desenvolvimento econômico alcançado, os países da região sul-atlântica caracterizam-se por marcantes semelhanças, sobretudo aquelas relacionadas com a situação política, aspirações e interesses comuns.

No contexto da América do Sul, destacam-se Brasil, Argentina e Uruguai, pelo estágio de desenvolvimento econômico e político que alcançaram. Estes países são detentores de abundantes reservas de recursos naturais, dominando grande parte das técnicas de extração e beneficiamento; possuem, notadamente Brasil e Argentina, um parque industrial capaz de garantir-lhes, na maioria dos setores, a auto-suficiência em manufaturados e, em alguns deles, gerando excedentes para a exportação. Suas agriculturas apresentam bons índices de produtividade e o potencial pesqueiro de suas costas, aliado a razoáveis técnicas de captura, garantem os alimentos necessários às suas populações.

O mesmo não podemos afirmar com relação ao Suriname e Guiana, países que obtiveram independência política recentemente, e à Guiana Francesa, por sua condição de colônia pertencente à França, pois além de não serem totalmente conhecidas suas reservas de recursos naturais, praticam uma agricultura rudimentar, ostentando uma economia incipiente, altamente dependente de ajuda externa. São países que não possuem afinidades entre si, nem com as demais nações da região.

Na África Ocidental, onde encontramos um grupo de onze países que representam cerca de um terço dos considerados os mais pobres do mundo, destacam-se Nigéria e Angola como os de maiores perspectivas de crescimento, pois possuem grandes reservas de petróleo.

De um modo geral, os países africanos da margem atlântica ainda praticam uma agricultura rudimentar, de baixíssima produtividade, voltada quase que exclusivamente para o consumo doméstico e, embora detenham reservas de minerais de elevado valor estratégico, como petróleo, cromo, níquel, urânio, magnésio, ouro, diamante e platina, não dominam as técnicas de extração, transferindo a terceiros, normalmente a companhias multinacionais, a execução desta tarefa.

Situação semelhante ocorre com a pesca, setor dominado pela União Soviética, que, através de acordos, a pratica de forma intensiva no litoral de alguns países da região. As espécies nobres são industrializadas e enviadas para o seu território e as de baixa qualidade transferidas às populações ribeirinhas, como forma de pagamento pela autorização da pesca.

É importante salientar que as considerações, tecidas sobre os países integrantes da África Ocidental, não incluem a África do Sul, país que, além de liderar as exportações mundiais de ouro e diamante, encontra-se em estágio de desen-

3

volvimento industrial semelhante ao do Brasil e Argentina. Por insistir na manutenção de uma política que segrega as populações negras, o "Apartheid", convive com um clima de reações internas e pressões internacionais, que afetam profundamente sua estabilidade. Do ponto de vista estratégico, sua posição geográfica é privilegiada, pois lhe permite interferir decisivamente nas linhas de comunicações marítimas entre os oceanos Índico e Atlântico.

Com raras exceções, ocorridas em determinados momentos históricos, os países, tanto os da margem americana, como os da africana, caracterizam-se pela instabilidade política, oriunda, principalmente, de fatores sociais e econômicos.

Na maioria dos países africanos ainda não se formou uma consciência nacional, uma vez que os sentimentos de fidelidade tribal e religioso prevalecem sobre quaisquer outros, dificultando a transformação dos Estados em nações.

Questões religiosas contribuem para o retardamento da consolidação nacional, como no caso da República dos Camarões, onde muçulmanos, ao norte, e cristãos, ao sul, mantém o país dividido por violentos combates que vêm se estendendo por longos anos.

As guerras civis, os golpes de Estado, os governos autoritários, os levantes e intervenções militares são acontecimentos que contribuem de modo significativo para impedir um maior desenvolvimento sócio-econômico daqueles países.

As jovens nações sul-americanas, Suriname e Guiana, de certa forma, convivem com problemas políticos semelhantes aos dos países africanos.

O Suriname, por exemplo, após obter sua independência política em 1975, foi vítima de um golpe militar em 1980, passando a ser governado por um grupo de tendência esquerdista. A partir daí, as relações com Cuba foram intensificadas

até que, preocupado com a expansão comunista em sua vizinhança, o governo brasileiro procurou neutralizá-la, fornecendo ajuda econômica e militar àquele país.

Apesar de, em 1986, ter sido tentada a tomada do poder por um grupo armado, o governo militar conseguiu resistir e, em janeiro de 1988, realizou eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República. Os eleitos tomaram posse, mas governam monitorados pelo grupo que detinha o poder anteriormente, inviabilizando a pacificação do país, sua caminhada para o exercício da plena democracia e a adoção de medidas destinadas a tirá-lo da grave crise econômica que atravessa.

Brasil, Argentina e Uruguai, após alguns anos de governos autoritários, caminham na direção do aperfeiçoamento de suas instituições democráticas, mas, devido a dificuldades financeiras, com graves reflexos no campo social, convivem com problemas internos que comprometem, por vezes, o sucesso dessa caminhada.

Até aqui, procuramos, resumidamente, apresentar a área do Atlântico Sul, abordando, superficialmente, aspectos de sua conjuntura política, econômica e social, necessários para uma melhor compreensão dos tópicos que serão analisados a seguir.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL

Até a Segunda Guerra Mundial, pouca atenção era dada ao Atlântico Sul pelas nações industrializadas. Os países situados às suas margens, entre os quais se inclui o Brasil, eram tratados, por aquelas potências, como meros fornecedores de matérias-primas, permanecendo em vigor o velho e espoliador Pacto Colonial, agora em caráter puramente econômico.

Durante o desenrolar daquele grande conflito, o Atlântico Meridional veio a ganhar certa proeminência estratégica, principalmente pelo papel que representou o saliente nordestino brasileiro no domínio relativo daquela região e na ligação Natal (Brasil)-Dakar (Senegal) para fazer frente às operações nazistas no norte da África.

Aquela importância estratégica, atribuída por força do conflito mundial, foi efêmera, pois, nos anos imediatamente posteriores à guerra, os americanos do norte entregaram as bases que haviam construído no nordeste brasileiro e a região sul-atlântica voltou a ser considerada como um espaço de natureza secundária e de baixa prioridade. E não poderia ser diferente, já que todas as nações desenvolvidas encontravam-se no hemisfério norte. Ao sul do Equador, ou melhor, ao sul do Trópico de Câncer, viviam os povos mais atrasados e sem perspectivas do globo. Não havia por que lhes dar atenção, uma vez que nada representavam nas grandes decisões internacionais.

Aos olhos dos estrategistas, sobretudo estadunidenses, não havia motivo para se preocupar com o Atlântico Sul, tendo em vista que os países sul-americanos debatiam-se com mais problemas do que podiam resolver e, por isso, continuariam a ser apenas fornecedores de matérias-primas à Europa e à América do

Norte. Do outro lado do lago sul-atlântico, raciocinavam, ainda, os estrategistas, dormia tranquilo o continente africano, visto que era governado pelas potências coloniais europeias.

O Atlântico Sul era, assim, considerado como uma região que não participaria de uma desavença entre as duas superpotências que emergiam da Segunda Guerra Mundial - Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A Grã-Bretanha continuava a exercer o seu papel de mantenedora da paz, na área marítima, através de suas bases navais em Gibraltar, na República da África do Sul e nas colônias insulares.

A rota do Cabo da Boa Esperança, embora com alguma importância econômica, também não era alvo de maiores cuidados. Todos os países da área tinham grande interesse de que aquela via permanecesse desimpedida a todas as nações, como porta de esperança a seus próprios desenvolvimentos.

Após 1960, a área sul-atlântica, notadamente do lado oriental, iniciou um processo de transformações, sobretudo políticas, que iria modificar o quadro estratégico da região. Os jovens Estados africanos começaram, naquela década, a adquirir sua independência política e as potências coloniais passaram a sofrer pressões para se retirarem do continente negro.

Do lado de cá, na América do Sul, tinha início, por sua vez, o processo de industrialização, liderado, principalmente, pela Argentina e pelo Brasil.

No que diz respeito ao tráfego marítimo, até 1965, o óleo oriundo do Golfo Pérsico era transportado para o Japão e para Europa Ocidental através do Mar da China, do Canal de Suez e do Mediterrâneo. Uma quantidade pequena, até aquela época, era

exportada para os EUA, pois a crise mundial de energia não se fizera sentir ainda; entretanto, após 1965, ocorreu uma revolução no consumo energético e no próprio transporte do petróleo.

Começaram a ser construídos os grandes petroleiros e o óleo do Oriente Médio passou a ser enviado ao Ocidente pela rota sul, isto é, ao longo da África Oriental, passando pelo canal de Moçambique, contornando o Cabo da Boa Esperança e subindo pelo Atlântico Sul, até chegar aos países da América e da Europa Ocidental.

Aquela situação foi reforçada quando, em 1967, ocorreu o segundo fechamento do Canal de Suez, sem qualquer previsão para sua reabertura. A partir daí, a rota do Cabo, descoberta por Vasco da Gama, ganhava, assim, mais de quatrocentos anos depois, uma importância primordial como linha de abastecimento e sobrevivência energética da economia ocidental. Por aquela rota passava a circular cerca de noventa por cento do petróleo extraído nos países arábes, além dos grandes carregamentos de carvão, minérios e cereais provenientes da África e destinados ao Velho Mundo e aos EUA.

O problema do encarecimento dos fretes, decorrente da necessidade de substituição da rota mediterrânea pela rota do Cabo, foi superado, justamente pelo emprego de embarcações com capacidade para centenas de milhares de toneladas. Esses super-petroleiros passaram a ser construídos em larga escala nos estaleiros alemães, japoneses e norte-americanos.

A construção dessas grandes embarcações, por outro lado, selava, definitivamente, o destino da rota de Suez. Aquele canal, mesmo que resolvidos os problemas políticos que haviam determinado o seu fechamento, não iria comportar mais o calado dos modernos navios. Em consequência, a rota do Cabo passava, efetivamente, a ter importância estratégica vital e o Atlânti-

co Sul iria constituir-se, daí por diante, em passagem obrigatória do intenso comércio das nações do mundo ocidental com o oriental.

Ocorria, assim, uma grande e dramática mudança no panorama estratégico do Atlântico Sul, em comparação com os anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Essa importância estratégica, longe de se constituir motivo de júbilo para os países da região, carrega em seu bojo problemas que são verdadeiras preocupações para esses países e, principalmente, para o Brasil.

CAPÍTULO 3

O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL

1 O Brasil, ocupando uma área geográfica equivalente à quase metade de todo o território do continente sul-americano, com mais de quinze mil quilômetros de ^{fronteira terrestre e oito mil} litoral, destaca-se como um dos maiores países do globo em terras contínuas.

2 Com tão grande território, seria de se esperar que o Brasil tivesse marcante característica de país continental. Essa continentalidade, no entanto, só começou a se manifestar muito recentemente. No lado oeste, a muralha dos Andes estabelece um obstáculo quase intransponível para o acesso do Brasil ao Pacífico, criando, em consequência, os nossos limites com os países vizinhos do tipo fronteira-faixa, isto é, fronteiras de baixíssima densidade demográfica.

3 A transferência da capital para o centro-oeste, na década dos anos sessenta, e a ampliação da malha viária, a partir daquela mesma época, são indícios de que o país, realmente, passou a assumir a sua continentalidade, uma vez que Brasília se tornou um pólo de irradiação do progresso, integrando o povoado e desenvolvido litoral às terras do interior.

O Brasil é, pois, um país mais caracterizado pela maritimidade, tendo o Atlântico Sul como ponto de atração de todo o seu núcleo geo-histórico.

3 A maritimidade brasileira é evidenciada, no aspecto geográfico, quando se observa que o país avança para o leste em direção ao noroeste africano, estabelecendo a zona mais estreita de estrangulamento do Atlântico, entre Natal, no Brasil, e Freetown, em Serra Leoa.

Ainda no aspecto geográfico, o Brasil encontra-se cercado por água tanto no sul como no norte, tendo, respectivamente, a bacia fluvial do sistema Paraná-Paraguai e a bacia do Amazonas

3 | como vertentes naturais que influenciam e impulsionam nosso país para o seu destino sul-atlântico.

Historicamente, já em 1918, durante a Grande Guerra, o Brasil participava daquele conflito, efetuando missões de patrulha nas rotas do Atlântico Sul. Novamente, na Segunda Guerra Mundial, o Brasil viria demonstrar a sua tendência marítima ao colaborar, com destaque, com a defesa do tráfego marítimo aliado, nas águas sul-atlânticas.

4 | Do ponto de vista geoestratégico, ~~já demonstramos que~~ o Atlântico Sul é uma via marítima vital para as nações mais desenvolvidas do hemisfério norte. Com relação ao Brasil, porém, essa importância estratégica fica sobremaneira potencializada, uma vez que o nosso país é, sem dúvida alguma, o principal condômino dessa área marítima, com profundos interesses dependentes de seu uso.

5 | A meio caminho entre o Brasil e a África passam as principais rotas oceânicas do globo, além das que, partindo ou demandando dos portos brasileiros, possibilitam o fluxo de nossos produtos de exportação e o recebimento do petróleo e dos manufaturados essenciais ao nosso desenvolvimento. Nosso tráfego de cabotagem, nossas instalações portuárias e estaleiros, nossas principais concentrações populacionais, localizadas ao longo de nosso litoral, nossas principais reservas de petróleo e as inúmeras áreas de prospecção e extração situadas em nossa plataforma continental, a situação estratégica privilegiada de nossas ilhas oceânicas - Fernando de Noronha e Trindade - as responsabilidades e os direitos assumidos, com a adesão aos termos da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, são alguns dos aspectos que atestam os crescentes interesses brasileiros dependentes do livre uso do mar. Dentro desse contexto, o Brasil não poderá prescindir de uma enérgica e constante ação diplomática respaldada em um

considerável poder de dissuasão.

Somente com o exercício da plena soberania e independência, nosso país terá condições de concretizar aqueles interesses e, com isso, contribuir para a consecução dos Objetivos Nacionais, que visam alcançar o desenvolvimento social e econômico.

A seguir, resumidamente, são discutidos os setores nos quais os interesses brasileiros dependentes do uso do Atlântico Sul se manifestam com maior nitidez.

Rotas Marítimas de Interesse do Brasil - Para o Brasil, o uso do mar, como meio de circulação de riquezas, é de fundamental importância, pois nosso comércio exterior, em quase sua totalidade, é processado por intermédio das vias marítimas.

As rotas marítimas, a seguir descritas, respondem por cerca de 98% do comércio internacional praticado pelo Brasil.

- rota oceânica sul da América do Sul; liga os portos brasileiros aos do Rio da Prata e, cruzando o Estreito de Magalhães, alcança os países sul-americanos da costa do Pacífico. Embora na atualidade, ^{tem} contribua ^{ido} com parcela ~~não~~ significativa para fluxo de trocas comerciais brasileiras, ~~tenderá~~ ^{em decorrência} a crescer de importância, a partir do momento em que tornar-se efetiva a política brasileira de intensificar as relações comerciais com os países do Prata, ^{em decorrência} principalmente com a Argentina. ^{acordo} ~~tratado~~ do Mercosul, principalmente com a Argentina e Uruguai.

- rota oceânica da Europa Atlântica e Mediterrâneo; devido ao fato de, juntamente com a rota da América do Norte e Central, ser responsável por cerca de 60% do tráfego de embarcações que transportam nossos produtos de exportação, é considerada a rota de maior relevância para o Brasil. Liga os portos brasileiros aos da costa atlântica da Europa, do Mediterrâneo e do norte da África.

- rota oceânica do Golfo da Guiné e Angola; da mesma forma que a rota oceânica sul da América do Sul, o valor dessa linha de comunicação dependerá, fundamentalmente, do sucesso de nossa política externa, que objetiva maior aproximação com os países africanos, com o propósito de abrir novos e promissores mercados para nossas exportações, além de se constituírem em fontes alternativas de suprimentos de petróleo. A Nigéria, Angola e Zaire, nesta ordem, são os países com os quais residem as maiores esperanças de incremento do relacionamento comercial e político.

- rota oceânica do sul da África, Golfo Pérsico e Oriente; a partir da área Rio-Santos-Vitória cruza o Atlântico até o sul da África e daí para o Golfo Pérsico e Extremo Oriente, sendo responsável pelo fluxo de mais de 60% da carga importada, representada pelo petróleo e por cerca de 32% de nossas exportações, principalmente de minério de ferro.

b - rota oceânica da América do Norte e Central; responde pelo tráfego de carga do nosso comércio com os países do norte da América do Sul, América Central, Antilhas, EUA e Canadá. Por tratar-se de rota alternativa para nosso suprimento de petróleo, através de importações do México e Venezuela, no caso de interrupção do fornecimento oriundo do Oriente Médio, esta via pode ser considerada, sob o ponto de vista estratégico, de fundamental importância para o Brasil.

- rota costeira; devido à opção brasileira pelo transporte rodoviário, a navegação de cabotagem, infelizmente, não alcançou a posição que deveria num país com uma imensa costa como o Brasil. O transporte marítimo entre portos brasileiros é mais intenso entre Santos e Salvador, correspondendo a, aproximadamente, 80% do total e somente é significativo no que diz respeito à distribuição de derivados de petróleo às fontes consumidoras.

Demais Interesses Brasileiros - Com exceção de São Paulo, das capitais dos Estados não litorâneos e de um número reduzido de cidades do interior de médio porte, nossos principais núcleos populacionais estão situados na orla atlântica. Ali encontramos também, nossos mais importantes centros industriais, estaleiros de construção naval e instalações portuárias, responsáveis pela circulação de nossas riquezas e, conseqüentemente, pela manutenção do crescimento econômico e social do país.

X Após o conflito entre a Argentina e a Grã-Bretanha pela posse das Malvinas, a importância estratégica de nossas ilhas oceânicas ~~Fernando de Noronha e Trindade~~ - passou a ter maior relevância.

Aquelas ilhas, além de representarem possibilidade de estabelecimento de posições avançadas de defesa de nosso território e de nossas linhas de comunicações, certamente terão grande utilidade em caso de conflito.

Fernando de Noronha e Trindade, por suas posições oceânicas, poderiam ser utilizadas como base de apoio às expedições incumbidas de realizar pesquisas marinhas.

Ao lado da liberdade de uso das rotas marítimas, a exploração dos recursos marinhos destaca-se no rol dos interesses brasileiros dependentes do acesso ao mar.

Hoje, mais de 75% da produção brasileira de petróleo é oriunda das reservas localizadas em nossa plataforma continental. A bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro, responde por mais de 60% do total da produção e nela encontra-se mais da metade das reservas conhecidas.

Embora com capacidades conhecidas menores que as da bacia de Campos, no litoral dos Estados da Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e do Território do Amapá estão localizadas as outras reservas brasileiras.

Espera-se para breve que o Brasil alcance a auto-suficiência em petróleo, fato que implicará drástica redução do dispêndio de divisas, contribuindo decisivamente para a aceleração do nosso desenvolvimento.

Apesar de o litoral brasileiro não ser dos mais férteis em seres marinhos vivos, a pesca é uma atividade de extrema importância para o Brasil, tendo em vista que vem se constituindo em excelente fonte alternativa de alimentos para o nosso povo.

Além do petróleo e da pesca, o Brasil possui reais interesses nos demais recursos marinhos e em seu aproveitamento racional. Para isso, embora modestamente em função de sua pequena capacidade econômica, vem desenvolvendo levantamentos e estudos científicos, através de várias instituições de pesquisa em Ciências do Mar.

A problemática relativa à exclusividade de exploração dos recursos marinhos existentes na projeção de nosso território sobre o mar, não é preocupação atual do governo brasileiro, pois, já em 1950, através de decreto, o Brasil integrava a plataforma continental ao território nacional, sem no entanto, legislar sobre as águas sobrejacentes, uma vez que a extensão do mar territorial permanecia inalterada.

Somente em 1970, voltando a fazer uso do decreto e abandonando a tradição de obediência aos costumes internacionais consagrados, o Brasil estabeleceu a largura de duzentas milhas para o seu mar territorial, declarando que nele exerceria soberania plena.

Mesmo não obtendo reconhecimento unânime da comunidade internacional para sua declaração unilateral, o Brasil não enfrentou problemas decorrentes desta atitude, exceto pequenos incidentes de pesca no litoral do Amapá, onde pesqueiros norte-americanos, baseados na Guiana Francesa, insistem na

pesca do camarão em nosso mar territorial.

Considerando que o não reconhecimento da plena soberania sobre seu mar territorial, por parte de diversos países, não se constituía numa situação muito confortável, o Brasil não mediu esforços para que uma nova ordem internacional, sobre a questão, fosse alcançada.

Convocada em 1973, pela Resolução 2750-C da XXV Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar somente foi concluída em 1983, em Montego Bay, Jamaica, obtendo-se a assinatura de cento e dezoito países, inclusive a do representante do Brasil.

Embora importantes potências, como EUA, Grã-Bretanha e República Federal da Alemanha, não a tenham assinado, a Conferência entrará em vigor após o recebimento de, pelo menos, sessenta ratificações. O Congresso Nacional já aprovou Resolução, autorizando o Poder Executivo brasileiro a depositar os documentos de ratificação.

É importante salientar que, enquanto não for recebido o número mínimo de ratificações e, em consequência, a Conferência não entrar em vigor, continua efetiva a declaração brasileira de 1970, que estabeleceu o mar territorial de duzentas milhas.

A III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em seus trezentos e vinte artigos, instituiu um considerável número de inovações, sendo as mais conhecidas e importantes:

- estabelecimento de uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de duzentas milhas;

- limitação da largura do mar territorial ao máximo de doze milhas;

- reconhecimento dos direitos soberanos do Estado ribei-

rinho sobre a plataforma, além das duzentas milhas e até o limite exterior da margem continental, desde que essa distância não exceda trezentas e cinquenta milhas;

- direito do Estado costeiro de estabelecer uma zona contígua ao mar territorial, desde que essa distância não exceda vinte e quatro milhas;

- direito de passagem em trânsito pelos estreitos internacionais;

- regime especial para as chamadas águas arquipelágicas;

- direito de acesso ao mar para os Estados sem litoral;

- direito de participação no aproveitamento de recursos vivos da ZEE, para os estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos;

- consagração do alto-mar como zona de uso livre e universal; e

- reconhecimento dos fundos marinhos do alto-mar como patrimônio comum da humanidade e a criação de três instituições internacionais - a Autoridade, a Empresa e o Tribunal Internacional, que, respectivamente, se incumbirão de regulamentar, explorar e dirimir controvérsias relativas àquela zona.

Conclui-se, portanto, que os princípios constantes da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ao consagrar os direitos dos países ribeirinhos, impôs a eles pesadas obrigações a serem cumpridas, a fim de que os referidos direitos tenham efetividade.

Teremos de intensificar esforços nas áreas de levantamentos e pesquisas científicas, a fim de que, a partir do momento em que a Conferência entrar em vigor, estejamos prontos para reivindicar nossos direitos.

Na plataforma continental, teremos de delimitar seu contorno, para auferir os benefícios previstos no documento, uma

vez que ela poderá ultrapassar o limite de duzentas milhas; teremos, ainda, que quantificar os recursos nela existentes e estabelecer uma política de longo prazo para o seu aproveitamento.

Com relação à pesca, o Brasil terá de promover um levantamento dos recursos pesqueiros existentes na ZEE e determinar sua capacidade de captura. Caso haja excesso, deveremos, mediante acordo, cedê-lo a outros Estados.

Quanto aos recursos do fundo do mar
~~Os fundos marinhos do alto-mar,~~ ricos em nódulos polimetálicos, representando alternativa atual para a obtenção de minérios, como o níquel, cobalto, manganês, cobre, etc, são patrimônio comum da humanidade e estarão sob a jurisdição da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Esta, através da Empresa Internacional, ou por meio de concessões a Estados ou particulares, promoverá sua exploração.

O Brasil, para se habilitar à obtenção de concessão de exploração, terá que desenvolver grande esforço nas áreas científica e tecnológica, pois operações a profundidades superiores a cinco mil metros envolvem domínio de várias modalidades de alta tecnologia.

Os aspectos até agora abordados atestam os grandes interesses do Brasil no uso do mar. Suas aspirações de progresso e desenvolvimento dependerão, fundamentalmente, de sua capacitação tecnológica, de maximizar o aproveitamento dos recursos marinhos disponíveis em seu mar territorial, plataforma continental e, sob certas condições, nos fundos marinhos do alto-mar.

Nossos direitos a esses recursos são assegurados pelo estabelecimento de uma Política Externa competente, que desenvolva esforços no sentido de evitar que nossas justas pretensões sejam preteridas, por ocasião de negociações, e de criar condições para que reine a paz e a estabilidade econômica e

social na região banhada pelo Atlântico Sul.

Ao Poder Naval caberá respaldar a Política Externa, através de ações de presença e de participação em estratégias de dissuasão.

Aspectos da Política Externa Brasileira - Dois grandes confrontos polarizam o mundo em que vivemos: o conflito político-ideológico Leste-Oeste, tendo como principais protagonistas, de um lado os EUA, e do outro, a URSS e o conflito econômico Norte-Sul, no qual vemos juntos, no hemisfério norte, os países mais ricos do globo querendo aumentar ou manter suas riquezas, em detrimento do desenvolvimento dos países situados ao sul do Equador, ditos do Terceiro Mundo.

Com relação ao último, a condução da nossa Política Externa tem sido no sentido de pregar uma maior ajuda, por parte dos países desenvolvidos, a fim de possibilitar a aceleração do crescimento econômico dos menos favorecidos e, assim, contribuir para a redução dos desníveis econômicos e sociais.

No que diz respeito ao conflito Leste-Oeste, nossa posição tem sido de equidistância dos dois blocos, procurando, sempre, reduzir a influência dos antagonismos político-ideológicos na comunidade do Atlântico Sul.

O crescimento econômico e social do Brasil depende, fundamentalmente, da paz e estabilidade da área do Atlântico Sul e é neste sentido que constatamos a concentração dos esforços dos formuladores e executores de nossa Política Externa.

Condenamos, com veemência, a segregação racial na África do Sul e apoiamos, sem reservas, a emancipação imediata da Namíbia, sob a égide da ONU.

A África Ocidental, considerada nossa fronteira leste, é uma das prioridades de nossa diplomacia. Ao longo dos últimos anos, o Brasil vem procurando estabelecer uma relação cordial,

mas, ao mesmo tempo, positiva, com os países do ocidente africano, a fim de criar condições para um estreitamento do intercâmbio cultural e comercial.

Com o rompimento das amarras que os ligavam às antigas metrópoles, os novos países africanos são um mercado promissor para os nossos produtos, além de se constituírem em ponderável fonte alternativa de suprimento de matérias-primas de que somos carentes.

Nas investidas de nossa Política Externa sobre o continente africano, principalmente em sua parte ocidental, explora-se a identidade cultural que nos une e o fato de pertencermos ao mesmo bloco de países do Terceiro Mundo. Não só através de palavras ou declarações pomposas, mas com ações concretas, mostramos aos países africanos que não possuímos pretensões hegemônicas na região, mas, apenas, o desejo de crescer, como eles. Nem mesmo a atual coloração política de alguns daqueles países, alinhados com o bloco socialista, impede a adoção de uma política de conveniência, que nos conduza à almejada aproximação. No caso específico de Angola, nos abstermos de comentar a presença militar de Cuba em seu território.

Entendem os responsáveis pela formulação e execução de nossa Política Externa que, por tradição e por imposição constitucional, é o Brasil um país pacífico e sem aspirações de projeção de seu poder sobre o território de outros países, tanto no âmbito mundial, quanto no regional, necessitando manter-se ao largo das desavenças internacionais, para, mesmo com as dificuldades conhecidas, encontrar o caminho do progresso. Neste sentido, é muito importante a manutenção da paz em sua vizinhança, a fim de alcançarmos esse progresso mais rapidamente.

O Atlântico Sul, através do qual estabelecemos nossos laços comerciais com o resto do mundo e de onde extraímos

significativa parcela dos recursos naturais de que necessitamos, deve permanecer imune às interferências, locais ou exógenas, que possam desestabilizar o equilíbrio que hoje ali se verifica.

Foi com este propósito que o Presidente da República, em sua última visita ao Uruguai, perante a Assembléia-Geral da ONU e em outra ocasião, declarou que o Atlântico Sul deveria ser uma zona de paz e cooperação, livre das imposições da disputa de poder entre blocos, a nível mundial.

De grande efeito internacional, a declaração do Presidente da República causou preocupações internas, principalmente, nos setores responsáveis pela segurança do Atlântico Sul.

Entendeu-se que o Brasil propunha a desmilitarização da região, fato que iria de encontro às aspirações da Marinha de crescer, modernizando os seus meios, a fim de poder fazer face às suas obrigações constitucionais de defesa do nosso mar territorial. Um país que pregava a desmilitarização, por coerência, não poderia aumentar seu poderio militar.

Preocupados com as interpretações internas, os responsáveis pelo assessoramento do Presidente da República, em relações internacionais, isto é, o Ministro das Relações Exteriores e sua equipe, se apressaram em esclarecer o verdadeiro sentido do discurso: para contrapor-se à presença soviética no Atlântico Sul, com uma esquadra dotada de armamento nuclear, formava-se uma corrente de opinião favorável ao estabelecimento de alianças militares regionais, integradas por potências ocidentais, o que implicaria escalada da ameaça nuclear na região.

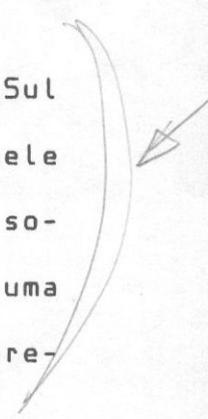
Essas alianças, além de não atenderem aos interesses dos países ribeirinhos, devido ao fato de visarem, tão somente, a defesa das rotas marítimas de interesse dos países do hemisfério norte, contariam, necessariamente, com a participação da

África do Sul, o que resultaria, com certeza, no afastamento dos países da África Negra e na adesão deles ao bloco socialista, gerando, com isso, aumento da tensão na área.

Ainda, segundo a concepção do Ministério das Relações Exteriores, a declaração do Presidente da República foi, apenas, o coroamento de uma política para o Atlântico Sul, que o Brasil já vinha defendendo há algum tempo e que se consubstanciava nos seguintes postulados:

- identidade própria da área;
- responsabilidade primordial dos países em desenvolvimento ribeirinhos;
- comunidade de interesses entre eles;
- a idéia de que o Atlântico Sul seja um veículo para a paz e o desenvolvimento;
- a necessidade de que a área seja mantida a salvo das tensões e confrontações internacionais; e
- a conveniência de que os temas de interesse comum nesse contexto sejam mantidos sob exame.

De fato, embora o Brasil não considere o Atlântico Sul como sendo seu "quintal", a magnitude de seus interesses, nele concentrados, implicam pesadas tarefas de segurança, que somente serão executadas com eficiência, se, através de uma Marinha dotada de meios adequados, mantivermos constante presença em todos os pontos de sua área.



CAPÍTULO 4

ATLÂNTICO SUL - O INTERESSE DAS NAÇÕES REGIONAIS

A importância do livre uso do mar, para os países situados às margens do Atlântico Sul, é função do estágio de desenvolvimento e da capacidade de percepção do que ele poderá representar, em termos de contribuição para o desenvolvimento regional e o de cada um deles, em particular.

No plano teórico, os recursos e as possibilidades que o mar oferece teriam os mesmos interesses para todos os países ribeirinhos, no entanto, esses interesses se manifestam com maior ou menor intensidade, segundo a capacidade de conhecê-los, avaliá-los e, ao mesmo tempo, de utilizá-los como veículo condutor do crescimento.

Um país dependente do uso do mar, para o fluxo de suas exportações e importações, que possui capital e tecnologia para explorar os recursos marinhos sob sua jurisdição e que desenvolve pesquisas, procurando ampliar o aproveitamento desses recursos, naturalmente, terá maiores interesses a preservar que um outro que transfere a terceiros a execução dessas tarefas.

Basicamente, todos os países da região sul-atlântica têm interesses dependentes do uso do mar coincidentes, distinguindo-se, uns dos outros, pela forma e capacidade de reivindicá-los. Uma Política Externa firme, desenvolvida por meio de ações diplomáticas enérgicas e competentes, respaldada por um Poder Naval compatível, contribuirá para inibir as pretensões exógenas, tendentes a contrapor-se a esses interesses.

Por menor e menos desenvolvido que seja um país, por menor que seja seu poder de barganha, nos campos diplomático e militar, suas reivindicações, para aproveitamento, imediato ou futuro, de uma extensão do seu território sobre o mar, seu

leito e subsolo, onde exerceria jurisdição exclusiva, estão sempre presentes.

É inegável que, no contexto do Atlântico Sul, destacam-se Brasil e Argentina, na margem americana e a África do Sul, do lado africano, devido ao estágio de desenvolvimento que alcançaram, ao grau de conhecimento das potencialidades oferecidas pelo mar e ao fato de possuírem grandes reservas de minerais estratégicos e um razoável potencial pesqueiro.

A África do Sul desfruta de uma posição estratégica privilegiada, dominando a rota do Cabo, por onde circula significativo volume de navios, com destino aos EUA e Europa Ocidental. Por esse fato, e por liderar a produção mundial de ouro e diamante, tem conseguido manter-se bem relacionada com os EUA e Grã-Bretanha, apesar de sofrer condenações destes e dos demais países ocidentais, pela prática de uma política segregacionista contra sua população negra.

Como já foi dito, as rotas marítimas representam interesses imediatos dos países que dependem do uso do mar para o seu comércio exterior e que o praticam com grande intensidade. Brasil, Argentina, Uruguai, Nigéria, Angola e África do Sul são os países que mais contribuem para a densidade do tráfego marítimo, nas principais rotas de interesse das nações ribeirinhas do Atlântico Sul. Aqui se inclui a rota responsável pelo tráfego marítimo entre a América do Sul e a África, considerando a tendência, dos países dos dois continentes, de incrementar o volume de suas trocas comerciais.

O Brasil, com sua política de aproximação aos países africanos, vem conseguindo sucesso no seu propósito de fazer crescer o intercâmbio comercial e cultural com aqueles povos.

A pesca é outra atividade de grande interesse para os países ribeirinhos do Atlântico Sul, mesmo daqueles que a praticam através de métodos rudimentares, ou que a transferem

a terceiros, pois representa a possibilidade de aumentar a oferta de alimentos.

Concluindo, podemos afirmar que, nas margens do Atlântico Sul, há países com interesses dependentes do uso do mar já bastante definidos e outros, onde eles se encontram difusos, sendo difícil sua identificação precisa. Tanto uns, quanto os outros, possuem aspirações desenvolvimentistas que, para serem concretizadas, necessitam que a região seja mantida como um santuário da paz e da estabilidade, livre de confrontos regionais ou internacionais.

Como exemplo de ameaça à paz no Atlântico Sul, podemos citar o conflito das Malvinas, no qual, a Argentina, vendo negadas, durante longos anos, suas pretensões centenárias de posse daquelas ilhas, tentou, através da força, incorporá-las a seu território.

A Grã-Bretanha com a ajuda logística dos EUA, reagiu militarmente, mantendo sua soberania sobre as ilhas.

O conflito, embora de pequena duração, constituiu-se em flagrante ameaça ao equilíbrio da região, pois, o risco de uma escalada, com a participação de outras potências, esteve sempre presente.

A controvérsia, apesar de temporariamente resolvida pelo emprego vitorioso de forças militares, continua latente, representando permanente foco de tensão na área do Atlântico Sul.

CAPÍTULO 5

OS INTERESSES E A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRA-REGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL

A importância do Atlântico Sul para as potências extra-regionais tem variado, conforme a época abordada.

Até a década dos sessenta, as principais nações da Europa Ocidental possuíam colônias na África, o que permitia aos EUA, líder dos países do bloco ocidental, manter a região sob sua influência.

Na América do Sul, a situação, com relação às colônias, não se alterava e, no que diz respeito aos países independentes, os fortes laços políticos e econômicos que os uniam à Europa, após a Segunda Guerra Mundial, são transferidos para os EUA.

Já em 1947, os EUA firmavam, com os demais países americanos, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que consolidava os laços de amizade, desenvolvidos durante a guerra, e que permaneceram sólidos até poucos anos.

Durante a década dos sessenta, aproveitando o clima de liberdade trazido pelo pós-guerra e a necessidade de reconstrução de grande parte dos países europeus, as colônias africanas iniciaram movimentos de descolonização, que culminaram com a independência da maioria delas.

A URSS, que disputava com os EUA a hegemonia do poder mundial, aproveitando-se do espaço deixado pelas potências ocidentais e valendo-se da efetiva participação que tivera nos movimentos de independência, passou a fornecer ajuda militar, econômica e tecnológica a alguns dos novos países africanos e, em troca, foram-lhe concedidas facilidades nos territórios daqueles países.

O expansionismo soviético, com o propósito de difundir a

ideologia comunista, era fundamentado em uma estratégia global que, para sua consecução, o mar tinha importância fundamental. O sucesso dessa estratégia dependia de pontos de apoio fora do território da URSS, onde seus navios de guerra, de pesquisa, mercantes e pesqueiros, que mostravam a bandeira daquele país em todas as partes do mundo, pudessem se reabastecer, sofrer pequenos reparos, além de proporcionar repouso às suas tripulações. Foi exatamente naqueles países africanos, ajudados durante os movimentos libertacionistas e após a independência, que a URSS conseguiu autorização para a utilização de suas facilidades portuárias.

Após a independência da maioria das antigas colônias, a situação dos EUA na África sul-atlântica ficou ameaçada, entretanto, restavam-lhes, como zonas de influência, a África do Sul e as colônias portuguesas, principalmente, Angola, devido ao seu potencial econômico e à sua localização estratégica. Com a independência das colônias portuguesas, os EUA perderam, conseqüentemente, zonas de influência importantes, agravando sua posição naquela região.

Embora os interesses das potências extra-regionais no Atlântico Sul, surgidos no pós-guerra, ainda perdurem, hoje eles se ampliaram, conforme veremos a seguir.

URSS - Como já vimos, os interesses da URSS são o expansionismo e o prestígio internacional, daí sua estratégia global, que se manifesta através da presença de sua bandeira em todos os mares, arvorada por seus navios de guerra, mercantes, de pesquisas e de sua frota pesqueira e da ocupação de todos os espaços que perderam a influência das potências ocidentais.

No Atlântico Sul, esses interesses se apresentam de diversas formas. A partir dos movimentos de independência dos países africanos, nos quais atuou efetivamente, não só fomen-

tando a insurreição, como também fornecendo ajuda econômica e militar, a URSS marca sua presença na região, visando alcançar os seguintes objetivos: consolidação das posições estratégicas e das áreas de influência obtidas e, se possível, com expansão das mesmas; pesquisas de áreas marítimas, com propósitos econômicos e militares; aproveitamento do potencial pesqueiro; e a ampliação dos mercados, para incrementar seu comércio exterior.

Na América do Sul, são ténues os relacionamentos com a URSS. Pesqueiros soviéticos utilizam as facilidades portuárias de Montevideu, Uruguai. A Argentina, após o conflito das Malvinas, firmou um acordo de pesca com aquele país. O Brasil, aproveitando a tendência de abertura do mercado soviético, vem, através da ação de empresas privadas, procurando um maior relacionamento comercial, entretanto, nenhuma concessão, que implique presença sistemática de soviéticos em nosso território, foi deferida, exceto eventuais autorizações para o reabastecimento de pesqueiros em nossos portos.

Navios de pesquisa hidrográfica e oceanográfica soviéticos operam ao largo do Atlântico Sul, com o propósito de efetuar levantamentos com fins militares e econômicos. A esse respeito, cumpre assinalar que, não só os navios de pesquisa, mas toda a frota mercante e pesqueira, de uma forma integrada e em paralelo com sua tarefa principal, executa coleta de informações estratégicas a respeito das áreas navegadas e dos portos visitados.

Embora a URSS não possua um comércio exterior significativo, em comparação com o das potências ocidentais, dispensa atenção especial ao mercado africano, pois ele representa excelente fonte alternativa de suprimento dos alimentos de que necessita, além de consumir bens de capital por ela produzidos.

Os soviéticos consolidaram posições estratégicas na região sul-atlântica da África, garantindo apoio ao seu Poder Naval e um amplo controle daquela área.

A presença militar soviética na África consiste na manutenção de assessores militares, tropas, normalmente de cubanos, e equipamentos de uso militar, além do estacionamento de suas unidades navais e aéreas, nos territórios dos países sob sua influência, sendo que em Angola, atualmente, estes aspectos são mais notórios.

Com o objetivo declarado de proteção aos seus pesqueiros, após incidente de significado irrelevante, a URSS transferiu, para a região sul-atlântica, dois pequenos contratorpedeiros e um submarino convencional, passando a utilizar-se das facilidades portuárias de Conakry, na Guiné. Em seguida, o número de unidades navais na região foi ampliado e, a partir da independência de Angola, aquele país transformou-se no principal centro de apoio aos meios navais e aéreos dos soviéticos, na África.

A obtenção de autorização para utilização de facilidades portuárias é precedida de uma série de eventos, iniciados pela celebração de acordos de pesca, seguidos por outros acordos de cooperação, ajuda econômica, assessoria militar, os quais possibilitam aos soviéticos criar um clima de confiança em seus propósitos e, com isso, facilitar a concessão do benefício. Através desse artifício, a URSS conseguiu pontos de apoio para suas unidades navais na Guiné Bissau, Benin, Congo, Mali, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, além dos já citados na Guiné e Angola.

Conclui-se, portanto, que a URSS vem procurando ampliar suas posições africanas no Atlântico Sul, de modo a lhe permitir, quando lhe convier, interditar o tráfego marítimo de interesse do Ocidente. A situação se torna mais preocupante,

se levarmos em consideração o fato de que, a partir das bacias de águas profundas da região sul-atlântica, os Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos (SSBN) soviéticos terem condições de desferir ataques contra os territórios dos EUA e dos países da Europa.

EUA - Para as potências ocidentais, o Atlântico Sul somente passou a ser alvo de maiores preocupações a partir do avanço soviético em direção à África, iniciado antes da descolonização, e da interrupção do tráfego marítimo pelo Canal de Suez.

Com o domínio dos países da Europa Ocidental sobre a África sul-atlântica e o alinhamento histórico dos países da América do Sul, os interesses norte-americanos na região estiveram sempre preservados, não carecendo de nenhum esforço adicional para mantê-la sob sua influência.

O sentimento liberal ^{anti-comunista} que emergiu com o término da Segunda Guerra Mundial, fortemente arraigado nos povos da África Negra, foi profundamente explorado pela URSS, que, saindo fortalecida do conflito, identificou a região como um campo fértil para por em prática suas aspirações expansionistas.

Os EUA, empenhados na reconstrução das nações européias e do Japão, arrasados pela guerra, tiveram sua atenção desviada para a guerra da Coreia, o conflito árabe-israelense, a guerra do Vietnã e outros pontos de tensão. Estes fatos, aliados à impotência das nações coloniais européias em conter os movimentos libertacionistas nas colônias, criaram condições propícias para que a URSS, através de ajuda efetiva, contribuisse decisivamente para a independência dos países africanos e trouxesse grande parte deles para sua esfera de influência.

Após a independência de Angola, ocorrida com certo retardamento em relação à maioria das demais colônias, os EUA, que

ali haviam feito elevados investimentos, em troca do apoio português à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), viram seus interesses na África serem sensivelmente abalados, pois a jovem nação pendeu, política e militarmente, para a órbita soviética.

A presença soviética, em áreas estratégicas da África sul-atlântica, representava concreta ameaça ao suprimento de minerais estratégicos e matérias-primas, de que eram carentes os EUA. Corriam risco, não só os produtos oriundos da África, com a possibilidade soviética de obstruir, tanto as fontes produtoras, quanto as rotas marítimas pelas quais esses produtos escoavam, como também, o petróleo procedente do Oriente Médio, uma vez que, com o fechamento do Canal de Suez, a rota do Cabo passou a ser utilizada em larga escala e parte dela, obrigatoriamente, passa pela área de risco.

Hoje, não se constata nenhuma reversão da situação norte-americana na região, pelo contrário, pode-se dizer que ela se agravou, pois novas preocupações foram agregadas, das quais identificamos duas: a presença de SSBN soviéticos no Atlântico Sul e o distanciamento político, dos países sul-americanos, em relação aos EUA.

Com o propósito de neutralizar a ameaça soviética, os EUA têm intensificado sua presença militar no Atlântico Sul, através de missões realizadas por aviões de patrulha, navios de pesquisa, e outras unidades do seu Poder Naval.

As aeronaves, partindo da ilha de Ascensão ou de aeroportos do nordeste brasileiro, efetuam missões de patrulha, visando aprimorar a tecnologia de detecção em águas profundas e colher dados sobre acústica submarina, complementando as atividades dos navios de pesquisa, que também, operam na região.

As operações da OTAN nas proximidades da costa africana, o incremento do número de suas unidades navais em trânsito pela

região e, ainda, sua participação, anual, na Operação Unitas, traduzem a necessidade norte-americana de mostrar-se presente no Atlântico Sul.

A pouca atenção aos anseios dos países sul-americanos, aliada à tentativa de imiscuir-se em seus assuntos internos, exercendo pressões no sentido de que não descumprissem preceitos dos Direitos Humanos e retomassem o exercício da plena democracia, levaram aqueles países a assumirem posturas menos próximas aos interesses políticos dos EUA.

Esse distanciamento político teve profundos reflexos no relacionamento militar, estabelecido, sob a inspiração do TIAR, desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Em 1977, o Brasil denunciou o Acordo de Cooperação Militar que mantinha com os EUA, através do qual, principalmente no que diz respeito à Marinha, nos eram impostos o material a ser utilizado, a orientação tática e o posicionamento estratégico, inviabilizando a determinação de nossas próprias necessidades de defesa.

A postura norte-americana diante do conflito das Malvinas, apoiando efetivamente a Grã-Bretanha, além de enfraquecer os postulados do TIAR, motivou a decisão argentina de não mais participar da Operação Unitas.

Dentre todos, os que se manifestam com maior clareza, são os interesses econômicos, através dos quais os EUA conseguem polarizar, em direção à sua conveniência política, os países da região. Registram-se êxitos neste sentido nos países africanos que, devido às desilusões com as promessas de ajuda por parte da URSS, mostram-se receptivos ao capital ocidental.

O poder de pressão econômica dos EUA advem do fato de, na qualidade de maior acionista, controlarem os organismos internacionais de crédito, de serem norte-americanos os maiores bancos privados do mundo, de se constituírem, normalmente, no

mercado para onde flui a maior parte das exportações dos países da região e de possuírem empresas multinacionais que, operando naqueles países, respondem por significativa parcela de seus mercados interno e externo e do nível de emprego.

Potências Ocidentais Intermediárias - As potências intermediárias da Europa Ocidental mantém, no Atlântico Sul, interesses de diversas naturezas, aí incluídos os dos países que, ainda, possuem colônias na região, os representados pelos laços culturais e afetivos que as unem às ex-colônias e os de caráter exclusivamente econômico.

Além dos aspectos pertinentes ao relacionamento entre os povos, as possibilidades do uso do mar para fins militares e como meio de circulação de riquezas e os recursos naturais nele encontrados representam interesses concretos, manifestados, na região sul-atlântica, por diversas nações, através de pesquisas, trânsito de seus navios mercantes e presença militar em zonas estratégicas.

A França, na América do Sul, exerce sua soberania sobre a Guiana Francesa, e ali, na cidade de Kourou, liderando um consórcio integrado por outras nações européias, instalou a base de lançamento dos foguetes "Ariane".

Mesmo mantendo, na colônia, um pequeno efetivo militar, desfruta de uma posição estável, pois não se tem notícia de nenhum movimento separatista.

Na costa sul-atlântica da África, a França desenvolve um relacionamento cordial com as ex-colônias, praticando trocas comerciais de nível razoável e, eventualmente, participando de exercícios navais com as Marinhas daqueles países. Com a África do Sul, firmou um acordo de cooperação nos setores de segurança e defesa.

Excetuando-se as grandes potências, é a Grã-Bretanha o

país extra-regional que possui interesses mais representativos no Atlântico Sul, pois mantém sob sua soberania os arquipélagos de Santa Helena, Tristão da Cunha, Falklands, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul e Ascensão, este cedido aos EUA sob o regime de arrendamento, e dentro de sua órbita de influência as ex-colônias, tanto as da África, como a da América do Sul.

Após o conflito das Malvinas, ocasião em que foi reafirmada a importância estratégica de suas possessões insulares, a Grã-Bretanha intensificou sua presença militar no Atlântico Sul, ali estacionando novos meios, modernizando as instalações militares e realizando exercícios com sua esquadra.

Suas ex-colônias, na qualidade de membros da Comunidade Britânica têm tratamento preferencial e se constituem em fontes das matérias-primas de que necessita, além de, algumas delas, serem excelentes mercados para os produtos britânicos de exportação.

A Grã-Bretanha integra o bloco dos países que, em 1978, impuseram, à África do Sul, embargo de armas e equipamentos militares, que condenam sua política isolacionista e de segregação da população negra e, ainda, a intervenção militar na Namíbia, mesmo assim, mantém estreito relacionamento, nos campos comercial e militar, com aquele país.

Os laços comerciais podem ser creditados à necessidade de importar os minerais estratégicos, que a África do Sul possui em abundância e ao estágio de desenvolvimento alcançado por aquele país, representando um elevado número de consumidores dos produtos britânicos. A posição estratégica da África do Sul, que lhe dá condições de dominar a rota do Cabo e a disposição daquele país de, em represália ao embargo sofrido, não mais se encarregar da proteção da citada linha de comunicação marítima, justificam os interesses militares britânicos

no sul da África, os quais levaram os dois países a firmarem um Acordo de Cooperação Militar.

Não somente as já citadas, mas, praticamente, todas as potências intermediárias da Europa Ocidental cumprem, na atualidade, papel destacado na tentativa de neutralizar a influência soviética no Atlântico Sul, tendo em vista que os laços históricos que as ligam às ex-colônias viabilizam a execução desta tarefa. De um modo geral, os interesses daquelas nações, na região sul-atlântica, são coincidentes com os da França e Grã-Bretanha, anteriormente abordados.

Apesar de, em termos de interesses estratégicos e econômicos, aqueles países não ignorarem a importância do Atlântico Sul para o mundo ocidental, não há registros de uma intensa presença deles na região, limitando-se a aquelas decorrentes do intercâmbio comercial com os países regionais, de atividades de pesca e pesquisa e, eventualmente, de acordos de cooperação nos campos de segurança e defesa, como o celebrado pela África do Sul com diversos países, inclusive com a República Federal da Alemanha.

CAPÍTULO 6

A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA

A existência de zonas críticas em diversas partes do globo, onde o clima de tensão polariza a atenção das grandes potências, faz com que, tanto os EUA, quanto a URSS, atribuam importância secundária à segurança do Atlântico Sul. Este quadro, no entanto, tende a sofrer alterações, pois, os EUA já demonstram preocupações com a vulnerabilidade do seu território a ataques de submarinos nucleares soviéticos, operando a partir das bacias de águas profundas situadas naquele oceano.

Por outro lado, para os países regionais, principalmente para aqueles como o Brasil, que dependem, fundamentalmente, de seu uso sem restrições para viabilizar o desenvolvimento, a manutenção da paz e da estabilidade no Atlântico Sul é de importância prioritária.

O Brasil, por tradição, por imposição constitucional e como efetiva contribuição para a paz e a estabilidade mundial, prega e pratica, no campo das relações internacionais, os princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da solução pacífica das controvérsias e do cumprimento dos tratados.

contradições

No âmbito regional, considera que o exercício da plena democracia e de uma estreita cooperação entre os países da América do Sul, o abandono da política do "Apartheid" e o fim da intervenção na Namíbia, por parte da África do Sul, e uma profícua aproximação com os países da África Negra são metas a serem perseguidas, pois contribuirão, de forma ponderável, para a paz e a estabilidade no Atlântico Sul e, em consequência, para a consecução dos interesses brasileiros.

Embora existam situações de confronto na região, que poderão evoluir para situações de crises, chegando ao conflito

armado, caso as tensões venham a se agravar, na atualidade, não são identificados óbices à consecução dos interesses brasileiros dependentes do uso do mar. Nesse contexto, o nosso Poder Naval é empregado em ações de apoio à Política Externa e em atividades que contribuam para a concretização dos Objetivos Nacionais.

Como as situações de estabilidade não são eternas, tentaremos, a seguir, identificar as situações de confronto com maiores possibilidades de evoluírem para o conflito armado; qual o tipo de conflito armado que a tendência atual indica que teremos de enfrentar e, a partir daí, adotarmos uma Estratégia Naval capaz de neutralizar as ameaças aos nossos interesses.

As possibilidades de agravamento das tensões na região sul-atlântica decorrem de fatores estritamente regionais, como os litígios territoriais e a instabilidade política da maioria dos países e, num espectro mais amplo, dos contenciosos globais.

Não é esperado que o conflito Leste-Oeste evolua para um enfrentamento direto entre os EUA e URSS, muito menos com o emprego de armamento nuclear; não é provável que a manutenção das desigualdades econômicas e sociais, entre os povos do hemisfério norte e os do hemisfério sul, desaguem num conflito armado, entretanto, não podemos ignorar que a instabilidade política dos países da região, os contenciosos territoriais, além dos litígios localizados, como os do sudoeste africano, poderão servir aos interesses das grandes potências que, através de uma estratégia indireta, fomentariam o início de guerras limitadas no Atlântico Sul, as quais, certamente, afetariam o Brasil ou, no mínimo, criariam óbices à consecução dos interesses brasileiros na região

São remotas as possibilidades de cooperação regional no

campo militar, pois, no caso de conflito armado, o envolvimento das grandes potências tornaria irrelevante o acréscimo de poder, representado pelo apoio recebido. Na hipótese de o conflito limitar-se ao âmbito dos países regionais, poderiam ser formadas alianças de conveniência, que seriam desfeitas logo após a derrota do inimigo comum.

As tentativas de constituir uma aliança atlântica, como um braço da OTAN no hemisfério sul e com o propósito de fazer face à ameaça soviética na região, não têm recebido o apoio brasileiro, pois as rotas marítimas a serem protegidas não seriam aquelas de interesse imediato para o Brasil. Por outro lado, o Brasil, que tem na aproximação com os países africanos, uma das prioridades de sua Política Externa, ao integrar, juntamente com a África do Sul, a aliança a ser formada, estaria criando obstáculos intransponíveis ao atingimento da aproximação pretendida.

Apesar de desacreditado, devido ao comportamento dos EUA em relação à guerra das Malvinas, o TIAR é o único pacto do qual o Brasil participa e com o qual deve contar, em caso de agressão a seu território, praticada por países extra-regionais.

Até poucos anos atrás, nosso Poder Naval era dimensionado para atender às necessidades norte-americanas. Foi-nos conferido, e nós o aceitamos pacificamente, o papel de proteger o tráfego marítimo de interesse dos países do hemisfério norte, contra a ameaça submarina soviética, no Atlântico Sul.

Refletindo a atual postura brasileira de abandono do alinhamento automático e de, independente da formação dos blocos que disputam o poder mundial, buscar nossos interesses onde eles estiverem, a Marinha vem procurando o seu próprio caminho, isto é, adotar uma estratégia de emprego do Poder Naval que contribua, prioritariamente, para a consecução dos Objeto-

tivos Nacionais.

Essa postura nos impôs uma concepção estratégica que descarta, "a priori", a hipótese de uma guerra generalizada, com o emprego de armas convencionais ou nucleares, na qual nos seria atribuída a tarefa de complementar o esforço de guerra ocidental, pois isso implicaria retroceder à época em que recebíamos, dos EUA, um "pacote" contendo a estratégia, a tática e os meios para executá-las.

As hipóteses de emprego do nosso Poder Naval, em guerras revolucionárias e em apoio às soluções de crises político-estratégicas, embora viáveis, também não serão consideradas, pois, optando por organizá-lo de modo a operar com eficiência no cenário de uma guerra limitada na América do Sul, certamente, ele estará apto a contribuir no sentido de neutralizar os possíveis inimigos naqueles tipos de conflito.

Mesmo considerando que o Brasil não possui aspirações expansionistas, que não deseja projetar o seu poder sobre o território de outras nações, mas, tão somente, ver respeitados os seus direitos, seria desejável contar com um Poder Naval capaz de executar as seguintes tarefas: controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre a terra e promover a dissuasão naval clássica.

Ocorre que, a curto e médio prazos, em consequência da desfavorável situação econômico-financeira do país, não seria correto imaginar a possibilidade de incorporação de todos os meios de que necessitamos, proporcionando ao nosso Poder Naval capacidade para executar as tarefas mencionadas no parágrafo anterior, e, assim, garantir nossos interesses contra qualquer tipo de ameaça. Em realidade, nosso planejamento estratégico deverá contemplar, apenas, a hipótese de uma guerra limitada, desenvolvida no Atlântico Sul, tendo como oponente um país da região.

Nessa guerra, o nosso Poder Naval daria prioridade à proteção ao tráfego marítimo de interesse do Brasil, à defesa de nossas instalações industriais, militares e portuárias e aos equipamentos operando em nossa plataforma continental e, ainda, seria fundamental, para o sucesso das ações, a localização e destruição do núcleo do Poder Naval inimigo. Subsidiariamente, caso haja disponibilidade de meios, empreenderíamos ações no sentido de interromper o tráfego marítimo inimigo e de destruir quaisquer elementos que contribuam para o seu esforço de guerra.

Ao reconhecermos nossa incapacidade de participação, com sucesso, em uma guerra de grandes proporções e assumirmos uma concepção estratégica que contempla, apenas, a hipótese de uma guerra limitada no Atlântico Sul, travada contra um país regional, praticamente, estamos identificando a Argentina como o inimigo hipotético.

Mesmo considerando terem sido reduzidas, a níveis mínimos, as tensões que poderiam resultar em um conflito armado entre os dois países, no momento em que pretendemos nos preocupar com o preparo e a aplicação de nosso Poder Naval, será de grande utilidade termos consciência de que nosso vizinho tem capacidade de infringir pesados danos aos nossos interesses dependentes do uso do mar.

Embora não caiba aqui uma comparação de poderes combatentes, a experiência pessoal nos permite registrar que a Argentina, mesmo após a derrota sofrida no conflito das Malvinas, mantém superioridade em relação ao Brasil, tanto em termos de Poder Naval, quanto em termos de Poder Aeroespacial.

O que avulta não é a maior capacidade militar argentina, mas as nossas deficiências, como por exemplo, a carência de um Navio Aeródromo de Ataque com aviação orgânica, de meios adequados a operações de minagem defensiva e ofensiva, a

incapacidade da Força Aérea Brasileira de prover proteção aérea à nossa Força Naval, quando operando afastada do litoral, etc. Essas deficiências implicam impossibilidade de realizarmos ações ofensivas, que complementem o esforço principal de nosso Poder Naval, atuando em defesa de nosso tráfego marítimo e de nossos bens situados no litoral ou na plataforma continental.

Cumpre-nos ter em mente que a guerra é um fenômeno político, que não ocorre com hora marcada. Por este motivo, devemos sempre estar preparados para enfrentá-la, pois em situações de crises não será possível tirar de uma prateleira os meios de que necessitamos, uma vez que, certamente, eles não estarão disponíveis.

Se esperarmos por uma situação de agravamento das tensões, para iniciar o processo de obtenção dos meios de que necessitamos, estaremos fadados ao insucesso. No mercado externo, sofreremos as restrições impostas ao fornecimento de material de emprego militar aos países envolvidos em conflitos. Se a opção for a construção em nosso país, os problemas a enfrentar não serão menores, pois, além de ainda sermos dependentes de tecnologia externa, o tempo necessário para completar o processo inviabilizaria a possibilidade de utilização imediata daqueles meios.

Sem perder de vista nossas limitações em termos de recursos financeiros, acreditamos ser possível, através de um planejamento de médio e longo prazos, dotar o Poder Naval Brasileiro dos meios de que necessita, para o cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.

Julgamos ser imprescindível que esse planejamento inclua, obrigatoriamente, a nacionalização, não somente das plataformas, mas, também, dos sistemas, equipamentos e componentes.

Aproveitando a capacidade de nosso parque industrial, a

tecnologia transferida para os nossos técnicos, a partir do momento em que foi intensificado o programa de construção naval no país e os resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Marinha e das demais Forças Singulares, poderemos reduzir, de uma forma gradual e persistente, a nossa dependência tecnológica.

Os primeiros passos nesse sentido foram dados, quando nos dispusemos a montar as fragatas no Brasil, partindo de um "pacote completo" que importamos. Prosseguimos, e com muito esforço, conseguimos chegar ao projeto das corvetas, inteiramente nacional. A construção de um submarino convencional no país, implicará substancial absorção de tecnologia, que contribuirá para, no futuro, tornar factível a construção de nosso primeiro submarino nuclear.

No processo de nacionalização, o mais importante é não "queimar" etapas, mas cumpri-las em seus mínimos detalhes, a fim de que o domínio de uma determinada tecnologia seja absoluto. Este princípio vem sendo seguido rigorosamente, no que diz respeito à obtenção do nosso submarino nuclear, pois, tanto o domínio do ciclo do combustível nuclear, já alcançado, quanto o desenvolvimento de um reator adequado, refletem os resultados de exaustivas atividades de pesquisa, que não contaram com nenhuma espécie de apoio externo.

Entendemos, portanto, que devemos envidar todos os esforços possíveis, no sentido de reduzirmos, a níveis mínimos, nossa dependência tecnológica, possibilitando, com isso, a produção, no Brasil, dos meios que irão conferir ao nosso Poder Naval capacidade de, por meio de ações bélicas ou através de sua força dissuasória, zelar pelos nossos interesses dependentes do uso do mar, contribuindo, assim, para a consecução dos Objetivos Nacionais.

12

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Victor Luiz de Lima Ferreira. A proteção ao tráfego marítimo no Atlântico Sul. Rio de Janeiro, EGN, 1987. Monografia apresentada no Curso de Política e Estratégia Marítimas.
2. BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. Idéias sobre a atuação futura do Brasil no Atlântico Sul. Rio de Janeiro, s.ed. 1985.
3. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Visão geoestratégica do Atlântico Sul. Cadernos de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, 4(6):21-68, 1985.
4. CASTRO, Therezinha de. África: geo-história, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981, 212 p.
5. ---, O Atlântico Sul no contexto regional. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 70(714):91-108, 1984.
6. CARVALHO, Paulo Macedo de. Posição geoestratégica do Brasil. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 70(713):43-47, 1984.
7. EUA. Department of the Navy. Understanding soviet naval development. Washington, D.C., s.d.
8. FLORES, Mario C. Atlântico Sul: aspectos de segurança. Segurança e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 35(195):8-18, 1983.
9. JAGUARIBE, Helio. Reflexões sobre o Atlântico Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
10. MATOS, Carlos de Meira. Atlântico Sul - sua importância estratégica. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 67(688):73-90, mar/abr. 1980.
11. OTAN. Headquarters of the Supreme Allied Commander Atlantic. Mineral import dependence and vulnerability. Norfolk, s.d.
12. PAOLIELO, João Baptista. Os interesses do Brasil e o Atlântico Sul. Rio de Janeiro, ESG, 1981.
13. PROJEÇÃO de cenários para o II Plano Setorial para os Recursos do Mar, a questão da ocupação planetária.
14. SODRÉ, Roberto de Abreu. A política externa brasileira. Rio de Janeiro, EGN, 1986.
15. SOVIET MILITARY POWER. Washington, D.C., U.S. Government Printing Office, Apr. 1984.
16. STOFFEL, Hugo. Interesses brasileiros e internacionais no Atlântico Sul. Rio de Janeiro, EGN, 1988.

17. VIDIGAL, Armando A.F. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 103(7/9):31-41, jul./set. 1983.
18. WOLLSTEIN, Odilon Luiz. A política naval dos Estados Unidos para o Atlântico Sul. Rio de Janeiro, EGN, 1984. Monografia apresentada no Curso de Política e Estratégia Marítimas.

NOTA DE EDIÇÃO

O presente trabalho foi composto utilizando o Processador de Textos WORDSTAR - versão 3.4, e impresso usando um computador MONYDATA - mod. NYDA 200 Plus e Impressora ELGIN mod. AMÉLIA-PC, gerenciados pelo Sistema Operacional PC/DOS.

Nesta composição foram utilizados 62 caracteres por linha e 32 linhas por página.

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

16 JUL 90	8 MAR 1995		
8 MAR 90	01 ABR 1995		
14 MAI 90	11 MAI 1995		
13 MAR 91	08 MAI 1999		
11 ABR 91	28 MAR 1997		
10 MAI 91	30 ABR 1998		
05 JUN 91	08 MAI 1998		
21-3-92	01 AGO 1998		
26 MAR 88	05 OUT 1999		
26 MAI 82	21 MAR 1992		
24 JUN 92	14 JUN 2002		
24 ABR 1993			
28 ABR 1994			
09 JUN 1994			



00036960001654

Os interesses regionais e ex
4-C-47

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Leão, Ascanio Jose

Os interesses regionais e extr
a-regionais no Atlantico Sul

4-C-47

(1654/89)

Leão, Ascanio Jose

Os interesses regionais e extra-regionais no Atlantico Sul

4-C-47

DEVOLVER NOME LEIT. (1654/89)

16 JUL 89	CMG BIRAZARA	HL
18 MAR 90	LEIT. RAPHAEL CMG	
10 MAI 90	Renov. - S/ apes.	
13 MAR 91	CMG LIMA	h
91 ABR 91	CMG Airtou	
10 MAI 91	CMG SARAIVA Esp	
05 JUN 91	Relessa Gomes	
20 JUN 91	Renovado S/ apes.	
24.3.92	CMG BRUNAS	
26 MAR 88	CMG OSWALDO	Q
08 ABR 92	renovado S/ apes.	

DEVOLVER EM

NOME DO LEITOR

26 MAI 92

CA (M) ASSANCE J. V. (ESG)

24 JUN 92

~~CA (M) Briggs~~

24 ABR 1993

CC (M) CYRINO

28 ABR 1994

CC CLODOMIRO

09 JUN 1994

CF (F) Secco

08 MAR 1995

CC (M) Sergio Mendes

01 ABR 1995

CC CLAUDIO S. @

11 MAI 1995

CC (M) Sergio Mendes

08 MAI 1995

CC (M) Gonçalves

28 MAR 1997

CA (M) Pombal

30 ABR 1998

CC MARCELO

08 MAI 1998

Renovada

01 AGO 1998

CC (M) Fútilo

05 OUT

CC (M) NADJA

21 MAR

CMG FERNANDES

14 JUN

CMG BARRETO